

O MERCADO FORMAL DE TRABALHO NO RS E EM SUAS REGIÕES, NA DÉCADA DE 90

Sheila S. Wagner Sternberg¹

O presente artigo apresenta uma sistematização de dados a respeito da evolução do emprego formal no RS e em suas regiões, na década de 90. Os resultados aqui apresentados fazem parte do relatório parcial, concluído em janeiro de 2002, do projeto “Mercados Regionais de Trabalho no Rio Grande do Sul: Manifestações da reestruturação produtiva”, financiado pela FAPERGS e desenvolvido pelo Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) da FEE, com a participação da UFRGS e da UCS.

O tratamento analítico, que compreende o período 1989-99, é feito a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), uma base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que fornece informações sobre o emprego formal em 31 de dezembro de cada ano. Ainda que restrita ao mercado formal de trabalho, esta base apresenta informações bastante detalhadas sobre essa parcela de trabalhadores, contemplando classificações setoriais, atributos dos trabalhadores, entre outros. Além disso, é preciso destacar que até que se encontrem disponíveis os dados do Censo 2000, trata-se da única fonte disponível, com dados municipalizados, capazes de permitirem a apreensão da dinâmica dos mercados regionais de trabalho na década de 90.

Ainda que reconhecendo a riqueza e importância dos dados da RAIS, é preciso que se façam alguns comentários a respeito de suas limitações. Conforme adverte o Ministério do Trabalho e Emprego, esta base é constituída por registros administrativos e, por isso, passíveis de apresentarem erros decorrentes, especialmente, do fato de as informações oriundas das empresas respondentes não sofrerem crítica. Muitos dos erros existentes na base devem-se ao preenchimento incorreto e/ou à omissão de campos dos formulários, especialmente no caso de municípios menores e de alguns setores e subsetores da economia. Evidentemente,

¹ Engenheira Química, técnica da FEE

Mais do que agradecimentos, impõe-se o crédito autoral aos demais integrantes da equipe que produziu, coletivamente, os resultados aqui apresentados: Maria Isabel H. da Jornada (coordenadora), Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho, Raul L. Bastos, Walter A. Pichler e Ilaine Zimmermann. Ao estagiário Pedro Henrique Preussler e ao bolsista Juan Marcelo Schenkel Rivera, o reconhecimento pela colaboração na pesquisa.

quanto mais desagregada a informação que se busca na base, maior é a margem de erro, o que recomenda cautela na utilização desses dados.

Destaca-se que a análise empreendida utilizou registros administrativos com certo grau de desagregação – emprego nos municípios que compõem cada Corede, por setores de atividade, dados estes abertos segundo os atributos dos trabalhadores – e, portanto, como dito acima passíveis de apresentarem erros.

O texto está organizado em duas seções, além da conclusão. Na primeira trata-se do emprego estadual, enfocando a distribuição nos principais setores de atividade e os atributos dos trabalhadores. Na segunda analisam-se os mesmos aspectos tendo como base os 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) no qual o Estado se subdivide. Na conclusão são apontadas as principais evidências sobre o comportamento do mercado formal de trabalho no RS e em suas regiões.

1. Evolução do emprego formal no RS

O emprego formal no RS experimentou, ao longo da década de 90, uma retração da de 3,4%, pela supressão de cerca de 64 mil postos de trabalho, o que fez com que o contingente de trabalhadores formais passasse de aproximadamente 1.879 mil trabalhadores, em 1989, para cerca de 1.815 mil, em 1999.

Entre 1989-91, registra-se a maior queda do período, em torno de -10%, atingindo-se neste último ano o menor número de empregados formais de toda a série, com um contingente pouco inferior a 1.700 mil de trabalhadores, que se manteve praticamente inalterado até 1992. O reaquecimento da atividade econômica, entre a metade de 1992 e 1994, provocou uma recuperação do nível de emprego, insuficiente, no entanto, para recuperar o patamar de 1989. Entre 1993-94 há novo recuo do emprego – cerca de -3%. A partir de 1995 o emprego cresce continuamente sem contudo atingir, até 1999, o patamar do início da década (Tabela 1).

Tabela 1
Evolução do emprego formal total e em setores selecionados, no RS 1989-99

	(em 1000)										
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Indústria de Transformação	587,0	507,2	476,5	482,4	504,9	512,7	478,7	477,8	463,7	454,2	480,3
Comércio	291,6	269,0	245,0	234,3	239,6	278,4	268,6	262,7	280,0	287,8	305,1
Serviços	488,2	466,7	447,5	436,5	440,5	417,7	470,1	471,8	491,2	507,6	505,1
Administração Pública	343,6	337,1	326,4	322,9	322,9	340,7	330,3	354,5	352,0	364,7	363,7
Total	1.879,5	1.769,0	1.690,5	1.693,2	1.773,3	1.784,9	1.729,2	1.735,8	1.760,5	1.784,3	1.815,2

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989-99). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

Setorialmente², indústria de transformação foi o setor mais atingido pelos cortes do período, com a eliminação de cerca de 107 mil postos de trabalho, o que representou uma retração da ordem de 18% em seu nível de emprego.

No Comércio, no Serviços e na Administração Pública, apesar da queda do nível de emprego verificada no início da década, o saldo líquido, ao final do período, contrariamente ao verificado para o agregado estadual, foi de aumento do contingente formalmente empregado, com percentuais de cerca de 5%, 3,5% e 6%, respectivamente, no período 1989-99 (Tabela 1).

Tabela 2

Evolução da participação dos principais setores de atividade no emprego do RS - 1989-99

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Indústria de Transformação	31,2	28,7	28,2	28,5	28,5	28,7	27,7	27,5	26,3	25,5	26,5
Comercio	15,5	15,2	14,5	13,8	13,5	15,6	15,5	15,1	15,9	16,1	16,8
Servicos	26,0	26,4	26,5	25,8	24,8	23,4	27,2	27,2	27,9	28,4	27,8
Administracao Pública	18,3	19,1	19,3	19,1	19,1	19,1	19,1	20,4	20,0	20,4	20,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS:RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989-99). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

As diferentes performances do emprego nos principais setores de atividade fizeram com que, ao final do período, se atingisse uma nova configuração no mercado de trabalho estadual. A indústria de transformação que, em 1989, respondia pela maior parcela do emprego formal do RS – cerca de 31% -, em 1999 perde esta condição para o setor Serviços, que passa a deter o maior peso relativo na estrutura do emprego estadual – cerca de 28% contra os 26,5% da Indústria de Transformação. A Administração Pública e o Comércio, por sua vez, ainda que tenham aumentado sua participação no emprego estadual, passando de cerca de 26% para 28%, no primeiro caso, e de aproximadamente

² Analisa-se o comportamento do emprego formal apenas na indústria de transformação, no comércio, no serviços e na administração pública, setores mais importantes na estrutura

15,5% para 17%, no outro, mantém-se nas mesmas posições relativas do início do período, ocupando, respectivamente, a segunda e a terceira posição (Tabela 2).

Ao longo da década de 90, a participação masculina foi majoritária no emprego formal do RS. Entretanto, a melhor evolução do contingente feminino frente ao masculino – o primeiro registrou crescimento de 4,5% enquanto o outro experimentou recuo de 8,4% - fez com que houvesse um avanço na participação feminina no mercado formal, que passou de 38,6%, em 1989, para 41,8%, em 1999 (Tabela 2).

Tabela 2

Variação do emprego formal por sexo e evolução da participação de homens e mulheres no emprego total e em setores selecionados, RS - 1989/99

	Variação 1999/89 (%)	Participação	
		1989	1999
Homens	-8,4	61,4	58,2
Indústria de transformação	-16,8	65,4	66,5
Comércio	1,8	62,2	60,5
Serviços	-11,9	61,4	52,3
Administração pública	-5,0	45,0	40,4
Mulheres	4,5	38,6	41,8
Indústria de transformação	-20,8	34,6	33,5
Comércio	9,3	37,8	39,5
Serviços	27,9	38,6	47,7
Administração pública	14,7	55,0	59,6

FONTE:RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989-99). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

Também sob o enfoque setorial verifica-se, na maior parte dos casos, a melhor evolução do contingente feminino que se expressa, ao final do período, em um aumento da participação das mulheres no emprego. Dentre os principais setores de atividade analisados – indústria de transformação, administração pública, comércio e serviços -, a exceção fica por conta da indústria de transformação em que a redução do emprego foi mais intensa para as mulheres do que para os homens, registrando no período, uma variação de -20,8%

do emprego no RS e que detiveram, em conjunto, ao longo de todo o período analisado, cerca de 90% dos trabalhadores formais do Estado.

para elas e -16,8% para eles, o que fez com que, em 1999, a participação feminina fosse pouco inferior à registrada em 1989 (34,6% contra 33,5%, respectivamente).

Ainda que, na quase totalidade dos setores, tenha-se registrado expansão da participação feminina no emprego, persiste, ao final do período, o predomínio masculino. Apenas na administração pública o contingente masculino é inferior ao feminino, ressaltando-se, contudo que neste setor, desde o início da série, registrou-se preponderância das mulheres (Tabela 2).

No que diz respeito à distribuição etária dos trabalhadores verifica-se, no período 1989-99, alterações importantes que apontam no sentido do “envelhecimento” do pessoal formalmente empregado – a idade média³ dos trabalhadores avançou de 32,7 anos para 35,3 anos, no período analisado (Tabela 3).

Tabela 3

Variação percentual do número de trabalhadores por faixa etária, e evolução da idade média em setores de atividade selecionados e no total do emprego formal do RS - 1999/89

	10 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	Total	Idade média	
									1989	1999
Indústria de										
Transformação	-67,1	-24,6	-18,8	-1,1	4,0	-19,4	0,1	-18,2	30,4	32,5
Comércio	-60,3	3,6	6,6	24,3	33,5	8,3	51,9	4,6	29,2	31,2
Serviços	-55,5	-11,4	-13,1	4,0	40,7	26,4	67,6	3,5	33,5	35,9
Administração										
Pública	-86,2	-55,9	-31,2	9,2	26,2	44,4	75,6	5,9	37,9	40,9
Total	-64,1	-17,5	-14,9	5,6	25,7	17,1	58,5	-3,4	32,7	35,3

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989-99).

Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

A evolução do número de trabalhadores por faixas etárias mostra que somente nos estratos acima de 30 anos houve crescimento absoluto, pela incorporação, em conjunto, de pouco menos de 143 mil trabalhadores. As faixas inferiores (10 a 17, 18 a 24 e 25 a 29 anos) tiveram, na sua totalidade, uma redução de cerca de 195 mil trabalhadores. Os maiores recuos foram nas faixas de 10 a 17 anos - que eliminou cerca de 75 mil postos de trabalho, uma variação de aproximadamente -64% - e na de 18 a 24 anos que perdeu pouco mais de 70 mil vagas (variação de -17,5%). A faixa de 25 a 29 anos teve uma redução menor em seu contingente de trabalhadores – uma variação da ordem de -15%, ou cerca de 499 mil postos. (Tabela 3).

³ A idade média é calculada através da média ponderada que considera o ponto médio de cada intervalo etário e o seu peso relativo no total do emprego.

Os diferentes sentido e intensidade do movimento do emprego em cada uma das faixas etárias fizeram com que, ao final do período, se alterasse o peso de cada uma delas no total do emprego. As faixas etárias de 30 anos e mais tiveram incremento em sua participação, o maior deles registrado na de 40 a 49 anos que passou de cerca de 17% em 1989 para algo em torno de 22%, em 1999. Ainda assim, a faixa de 30 a 39 anos foi a que, ao longo de todo o período, deteve a maior participação – 28,5% em 1989 e 31,2% em 1999. As faixas de 10 a 17 anos e de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos reduziram sua participação em cerca de 4, 3 e 2 pontos percentuais, respectivamente, chegando em 1999 com participação, no total do emprego, da ordem de 2% para a primeira, 19% para a segunda e 15% para a última.

A tendência geral de aumento da participação de trabalhadores de idade mais avançada e de elevação de sua média etária está também presente quando se analisa a evolução do emprego, por faixa etária, nos principais setores de atividade (Tabela 3).

Na indústria de transformação, todos os grupos etários, com exceção da faixa de 40 a 49 anos, apresentaram diminuição de contingente empregado, que foi mais intensa nos estratos mais jovens (até 24 anos). Ao final do período, as faixas de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos evidenciaram incremento em sua participação; as faixas de 25 a 29 anos e de 50 a 64 anos mantinham participação praticamente constante, enquanto as faixas de 10 a 17 anos e de 18 a 24 anos experimentaram queda em sua participação. Neste setor a idade média dos empregados formais avançou de 30,4 anos, em 1989, para 32,5 anos, em 1999.

No comércio, excetuando-se o grupo de trabalhadores de 10 a 17 anos que teve recuo de aproximadamente 60% em seu efetivo (cerca de 19 mil trabalhadores), todos os demais grupos etários registraram ampliação de contingente. Em termos absolutos, o crescimento mais expressivo aparece na faixa de 30 a 39 anos (cerca de 16 mil trabalhadores) seguido pela de 40 a 49 anos (10,5 mil trabalhadores), ficando a maior variação percentual para a faixa de trabalhadores com mais de 65 anos que tiveram acréscimo de cerca de 52% em seu contingente. Ao final do período, apenas as faixas de 25 a 39 anos, que persistia como a de maior peso no emprego do setor, e a de 40 a 49 anos haviam ganho participação, respondendo por cerca de 27% e 14%, respectivamente, do emprego total do setor. As faixa de 18 a 24, de 25 a 29 anos, de 50 a 64 anos e de mais de 65 anos mantiveram participação praticamente estável, enquanto a de 10 a 17 anos perdeu participação. Neste setor, a idade média dos trabalhadores passou de 29,2 anos, em 1989, para 31,2, em 1999.

No Serviços e na Administração pública o movimento do emprego nas faixas etárias teve comportamento semelhante: retração nas faixas inferiores (10 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos) e crescimento nas demais. Resulta deste movimento o acréscimo de participação relativa, tanto no Serviços como na Administração pública, apenas dos estratos de 40 a 49 anos e de 50 a 64 anos. A faixa de 30 a 39 anos, ainda que com participação praticamente estabilizada no período, continuava nos dois setores a deter a maior parcela de trabalhadores. Também nestes setores houve elevação da idade média dos trabalhadores, que passou de 33,5 anos para 35,9 anos no Serviços e de 37,9 para 40,1 na Administração pública.

Quanto à evolução da escolaridade dos trabalhadores formais, de acordo com os dados da tabela 4, constata-se que entre 1989-99 houve uma elevação no número médio de anos de estudo dos trabalhadores⁴, que passou de 7,5 anos, no início do período, para 8,8 anos, em 1999, indicando que, em média, os trabalhadores formais já ultrapassam, pelo menos, a barreira do ensino fundamental completo, que é de 8 anos.

Também ao se considerar os principais setores de atividade observa-se que em todos eles houve melhoria no nível de escolaridade dos trabalhadores. Na indústria de transformação, em que pese o aumento do número médio de anos de estudo, em 1999, o nível de escolaridade médio dos trabalhadores ainda ficava abaixo do ensino fundamental completo (7,4 anos). No Comércio, a elevação da escolaridade fez com, o número médio de anos de estudo passasse de 7,5 anos, em 1989, para 8,7 anos, em 1999, superando, portanto, ao final do período, o ensino fundamental completo. Os trabalhadores do Serviços e da Administração pública, que, já no início do período, ostentavam escolaridade média superior ao ensino fundamental completo – 8,2 e 10,2 anos de estudo respectivamente -, mostram, em 1999, elevação de seu nível médio de escolaridade, atingindo 9,6 e 10,9 anos de estudo, respectivamente. Destaque-se que a Administração pública, foi o setor que, ao longo de todo o período, apresentou o melhor nível de escolaridade e que, além disso, em 1999, o número médio de anos de estudo dos trabalhadores deste setor indicava que, em média, sua escolaridade se aproximava bastante do ensino médio completo (11 anos de estudo).

Ao se considerar a distribuição dos trabalhadores por níveis de escolaridade (Tabelas 4), observa-se que apenas os trabalhadores com até o ensino fundamental

⁴ O número de anos médios de estudo é calculado através da média ponderada que considera o ponto médio, em anos de estudo, correspondente a cada uma das faixas de escolaridade e o seu peso relativo na estrutura do emprego.

completo experimentaram redução de seu contingente – cerca de 290 mil postos, uma variação de -30,4% – enquanto todos os demais registraram acréscimo. Os trabalhadores com médio completo até superior incompleto foram os que registraram o maior crescimento, pela incorporação de cerca de 132 mil trabalhadores (41,6%). Ao final do período, apesar do aumento da participação dos trabalhadores com melhores níveis de escolaridade, aqueles que não haviam concluído o ensino fundamental ainda detinham participação de cerca de 37%, a maior dentre todas as faixas analisadas, em que pese a redução de 14 pontos percentuais, em relação a 1989.

Tabela 4

Varição percentual do número de trabalhadores, por níveis de escolaridade evolução do número médio de anos de estudo, em setores selecionados e no total do emprego formal no RS, 1999/89

	sem instrução até fundamental incompleto	fundamental completo até médio incompleto	médio completo até superior incompleto	superior completo ou mais	total	Anos médios de estudo	
						1989	1999
Indústria de transformação	-39,3	32,4	61,0	9,3	-18,2	5,9	7,4
Comércio	-34,6	18,5	88,4	43,9	4,6	7,5	8,7
Serviços	-29,4	19,7	36,6	41,3	3,5	8,2	9,6
Administração pública	-18,9	6,3	21,9	16,8	5,9	10,2	10,9
Total	-30,4	18,9	41,6	22,9	-3,4	7,5	8,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS:RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1989-99).

Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

Nos principais setores de atividade (indústria de transformação, comércio, serviços e administração pública), o movimento do emprego, por faixa de escolaridade, seguiu o comportamento do agregado, mostrando retração apenas no estrato com escolaridade até o ensino fundamental incompleto. Dentre os setores considerados a maior retração no contingente dos menos escolarizados foi na indústria de transformação (cerca de -39%), que fez com que a participação deste grupo tivesse um recuo da ordem de 18 pontos percentuais, passando de aproximadamente 71%, em 1989, para 53%, em 1999. Neste setor, apesar da sensível melhoria da escolaridade, o grupo dos trabalhadores que não concluíram o ensino fundamental persiste majoritário.

2. Evolução do emprego formal nos Coredes

A análise da evolução do emprego formal, nos Coredes, ao longo da década de 90, mostra, em linhas gerais, que suas trajetórias foram bastante próximas daquela do agregado estadual. Entretanto, os resultados líquidos das variações do emprego formal, observados em cada COREDE, apresentam diferenciações importantes, permitindo-se identificar 2 grupos de Coredes, de acordo com sua variação de emprego.

Sete regiões – Centro-Sul, Fronteira Oeste, Metropolitano Delta do Jacuí, Missões, Sul e Vale do Rio dos Sinos – tiveram diminuição do emprego formal. Dentre essas, apenas no Corede Missões a variação negativa do emprego formal foi inferior a do total do Estado (-1,83%), o que configura, em termos relativos, uma performance favorável dentro do quadro geral do Estado. Nos demais Coredes deste grupo, a redução do emprego foi proporcionalmente maior do que a do agregado estadual, oscilando entre -6,7% no Fronteira Noroeste até -24,7% no Centro-Sul (Tabela 5).

Tabela 5

Variação percentual do emprego nos Coredes com queda no emprego 1989/99

	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL
CAMPANHA	191,3	-18,7	-20,4	-14,9
CENTRO-SUL	318,5	-52,1	-14,1	-24,7
FRONTEIRA OESTE	366,2	-36,0	-13,2	-6,7
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	68,4	-28,8	-1,3	-9,2
MISSÕES	409,4	-3,9	-1,8	-1,8
SUL	38,4	-39,5	-8,8	-19,5
VALE DO RIO DOS SINOS	115,1	-25,0	17,1	-11,5

FUNTE:RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS (1989-99).

Brasília : Ministério do Trabalho.

Neste grupo de Coredes com retração do emprego, destaca-se a presença dos Coredes Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Sul por sua elevada participação no emprego estadual (57,5%, em 1989). Em conjunto, eles eliminaram praticamente de 119 mil postos de trabalho, o equivalente a cerca de 91% da perda acumulada das sete regiões em que o emprego diminuiu. O Metropolitano Delta do Jacuí foi o Corede que registrou a maior perda absoluta de postos de trabalho, cerca de 53 mil entre 1989/99.

Em relação ao comportamento setorial do emprego nestes Coredes, constata-se que em todos eles – como ocorre na totalidade dos Coredes – houve aumento dos trabalhadores do setor primário. O setor secundário experimentou retração em todas estas regiões, enquanto no terciário apenas uma região – o Corede Vale do Rio dos Sinos – apresentou expansão do emprego. Com exceção do Corede Campanha, as perdas do secundário superaram as do terciário, com diferenciais, em geral, bastante acentuados.

A distribuição setorial do emprego neste grupo de Coredes mostrava, ao final do período, manutenção da situação de 1989: em seis deles a maior parte dos trabalhadores permanecia no Terciário e apenas no Vale do Rio dos Sinos a maior concentração de

trabalhadores estava no Secundário, em que pese a forte retração do emprego experimentada neste setor.

Os demais quinze Coredes – Alto Jacuí, Central, Fronteira Noroeste, Hortênsias, Litoral, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte, Paranhana, Produção, Serra, Vale do Caí, Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari – tiveram evolução positiva do emprego (Tabela 6). Contudo, é preciso salientar que ainda que este grupo seja numericamente superior ao anterior, a sua participação no emprego estadual, no final do período analisado, era de cerca 40%. Assim, o acréscimo de pouco mais de 90 mil de postos de trabalho deste conjunto de Coredes, o que representou uma variação de cerca de 14% no total do emprego deste grupo, não foi suficiente para compensar as importantes perdas assinaladas no grupo anterior, fazendo com que o saldo líquido, para o total do Estado, fosse de retração do contingente formalmente empregado (cerca de 3%).

Tabela 6

Variação percentual do emprego nos Coredes com crescimento do emprego - 1989/99

	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL
ALTO JACUÍ	243,87	-4,76	16,05	16,54
CENTRAL	275,81	22,48	-0,60	5,51
FRONTEIRA NOROESTE	73,35	25,85	6,96	11,55
HORTÊNSIAS	358,89	-20,53	36,71	2,91
LITORAL	670,56	32,85	62,59	53,04
MÉDIO ALTO URUGUAI	141,31	126,25	41,33	49,53
NORDESTE	162,16	-10,14	-3,61	6,86
NOROESTE COLONIAL	150,00	-8,06	5,46	1,62
NORTE	318,88	67,96	27,37	42,30
PARANHANA	792,00	20,72	77,77	30,96
PRODUÇÃO	144,76	29,99	11,68	16,04
SERRA	101,10	-5,84	34,31	7,75
VALE DO CAÍ	238,41	35,35	50,76	40,33
VALE DO RIO PARDO	263,44	2,50	17,58	10,16
VALE DO TAQUARI	5,07	11,29	12,75	10,07

FONTE:RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS (1989 - 99).

Brasília : Ministério do Trabalho.

Neste grupo de Coredes destaca-se o Serra que, além de sua elevada participação no emprego estadual (cerca de 10%, em 1999), apresentou o maior acréscimo absoluto de postos de trabalho – cerca de 13 mil. Também no Litoral e no Paranhana os acréscimos absolutos foram importantes, registrando 12,7 mil no primeiro e 10,8 mil no outro. A maior variação percentual do emprego foi registrada pelo Corede Litoral, com 53,04%.

A distribuição setorial do emprego nos Coredes deste grupo, tanto no início como no final do período analisado, mostra que na maior parte deles o Terciário respondia pela maior parcela de trabalhadores. Em seis Coredes – Hortênsias, Paranhana, Serra, Vale do Caí, Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari – havia predomínio do Setor Secundário⁵, com destaque para a indústria de transformação.

Esses quinze COREDES que acusaram crescimento do emprego apresentaram, em nove casos, variação positiva nos três agregados – Primário, Secundário e Terciário. Das demais regiões, quatro (Alto Jacuí, Hortênsias, Noroeste Colonial e Serra) sofreram diminuição do número de postos apenas no Setor Secundário, uma (Nordeste) teve retração no Secundário e no Terciário e outra, o Corede Central, mostrou ampliação do emprego no Secundário e quase que estabilidade no Terciário.

As diferentes trajetórias regionais provocaram algumas mudanças nas participações dos Coredes no total do emprego estadual (Tabela 7). As maiores alterações aparecem nos COREDES Metropolitano Delta do Jacuí, Sul, Vale do Rio dos Sinos e Serra. Os três primeiros tiveram suas participações reduzidas em 2,2; 1,2; e 1,1 pontos percentuais, respectivamente, enquanto o último cresceu a sua participação em 1,2 pontos percentuais. Nos demais COREDES, a variação não chegou a atingir 1 ponto percentual. Há que considerar que, dado o pequeno peso relativo que muitos dos COREDES ostentam no total do emprego gaúcho, uma oscilação em sua taxa de participação muitas vezes tem pouca relevância no agregado do Estado, mas adquire considerável impacto no âmbito regional.

De forma geral, não ocorreram alterações significativas nas posições relativas dos COREDES, no intervalo de tempo considerado. Os cinco primeiros COREDES do *ranking* de 1989 (Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Serra, Sul e Central) conservaram, em 1999, as mesmas posições, ainda que em conjunto tenham reduzido a sua participação no emprego total do Estado, passando de cerca de 70% para 67%. De forma análoga, os COREDES que, em 1989, menor expressão possuíam no emprego formal gaúcho – Alto Jacuí, Nordeste e Médio Alto Uruguai – mantiveram-se nessa mesma situação ao final de 1999.

Nas demais regiões, que ocupavam posições intermediárias, em alguns casos, o reordenamento é mais perceptível: alguns COREDES ascendem vários níveis na hierarquia, com a conseqüente regressão de outros.

⁵ No Corede Hortênsias, ao final do período, o Secundário e o Terciário tinham praticamente o mesmo peso no emprego da região: 47,6% e 47,5%, respectivamente.

Tabela 7

Evolução da participação dos Coredes no emprego formal do RS - 1989/99

	1989	1999
Metropolitano Delta do Jacuí	36,27	34,09
Vale do Rio dos Sinos	14,33	13,14
Serra	8,81	9,83
Sul	6,87	5,73
Central	3,79	4,14
Fronteira Oeste	3,47	3,80
Produção	3,16	3,43
Vale do Taquari	3,01	3,35
Vale do Rio Pardo	2,54	2,89
Noroeste Colonial	1,87	2,52
Paranhana	1,86	2,02
Centro-Sul	1,62	1,97
Campanha	1,58	1,77
Missões	1,33	1,61
Litoral	1,27	1,39
Hortênsias	1,22	1,37
Norte	1,20	1,35
Fronteira Noroeste	1,18	1,32
Vale do Caí	1,10	1,30
Alto Jacuí	1,09	1,26
Nordeste	0,97	1,07
Médio Alto Uruguai	0,42	0,65

FONTE:RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS (1989 - 99).

Brasília : Ministério do Trabalho.

Na totalidade dos Coredes, ao longo da década de 90, assim como observado para o total do RS, a participação masculina foi preponderante. No início do período, destacavam-se os coredes Centro-Sul (69,4% de homens) e Metropolitano Delta do Jacuí (57,4% de homens) como sendo os de maior e menor participação masculina, respectivamente. Em 1999, o Metropolitano Delta do Jacuí mantinha-se como a região de menor participação masculina (54,3%) enquanto o Fronteira Noroeste passou a deter a maior concentração masculina com 66,2%.

Repetindo também o comportamento do agregado estadual, em todas as regiões houve uma melhor evolução do contingente feminino frente ao masculino, o que fez com que, ao final do período, a participação feminina marcasse crescimento em todas elas. O Corede Centro-Sul foi o que registrou o maior avanço da participação feminina, que passou de 30,6% em 1989 para 38,8% em 1999, enquanto o menor avanço ficou no Fronteira

Oeste em que a participação feminina passou de 33,1% para 33,8%, no período considerado .

Também nos principais setores de atividades é possível observar evoluções distintas no emprego de homens e mulheres nas 22 regiões que compõem o Estado.

Na indústria de transformação, em onze Coredes (Alto Jacuí, Fronteira Oeste, Hortênsias, Litoral, Metropolitano Delta do Jacuí, Nordeste, Noroeste Colonial, Serra, Sul, Vale do Rio dos Sinos e Vale do Rio Pardo)⁶, assim como evidenciado para o congêneres estadual, o emprego masculino teve melhor evolução do que o feminino, fazendo com que, ao final do período, nestas regiões, houvesse ampliação da participação masculina. Nos demais Coredes, o emprego masculino teve pior evolução do que o feminino, o que fez com que a participação dos homens, na indústria de transformação, destas regiões sofresse declínio ao longo do período analisado.

No comércio, excetuando-se os Coredes Litoral e Serra, o melhor desempenho do emprego feminino frente ao masculino fez com que houvesse ampliação da participação das mulheres no emprego deste setor. O Corede Hortênsias foi o que apresentou maior ampliação da participação feminina no comércio, passando de 37,9% para 47,5% no período considerado.

No Serviços, a vantagem para o contingente feminino foi visível em todas as regiões. O Corede Missões foi o que evidenciou maior avanço da participação feminina (16,8 pontos) que em 1999 atingiu 56,5% do emprego do setor. No extremo oposto estava o Corede Paranhana em que a participação das mulheres passou de 45,9% para 48,4%, um acréscimo de apenas 2,5 pontos percentuais entre 1989 e 1999.

Na Administração pública, no período analisado, praticamente todas as regiões mostraram maior crescimento do emprego feminino frente ao masculino e, conseqüentemente, avanço da participação feminina no emprego desse setor. As exceções foram os Coredes Metropolitano Delta do Jacuí e Médio Alto Uruguai. No primeiro o emprego feminino manteve-se praticamente estabilizado (variação de -0,6%) enquanto o masculino teve crescimento de 6,3%; na outra região a variação dos contingente masculino e feminino foi de 61,9% e de 56,2%, respectivamente. Ainda assim, ao final do período, como já verificado para o congêneres estadual, em todos os Coredes a participação feminina era majoritária.

⁶ No Vale do rio dos Sinos, na indústria de transformação, a variação do contingente masculino foi muito próxima a do feminino registrando - 28,4% para eles e -28,8% para elas.

Em relação à idade média dos trabalhadores formalmente empregados verifica-se que, no início do período, na maior parte dos Coredes ela era inferior à média estadual que foi de 33,3 anos. Em apenas seis Coredes a idade média dos trabalhadores superava a do agregado: no Metropolitano Delta do Jacuí com média etária de 35,1 anos, a maior dentre todos os Coredes, praticamente a mesma do Corede Campanha (média de 35,0), seguidos pelo Sul, Centro-Sul, Fronteira Oeste e Central nos quais a idade média dos trabalhadores era de 34,9 anos, 34,7 anos, 34,4 anos e 34,2 anos, respectivamente. Dentre os demais Coredes, destaca-se o Corede Paranhana que apresentou a menor média etária (28,3 anos). Além disso, a distribuição dos trabalhadores por faixa etária, no ano de 1989, mostra, em todas as regiões, predomínio de trabalhadores com idade superior a 25 anos, sendo que o estrato de 25 a 39 anos era o que detinha a maior concentração de trabalhadores, em todos os Coredes.

Ao final do período, havia se elevado a idade média dos trabalhadores de todas as regiões, encontrando-se oito Coredes (Alto Jacuí, Missões, Sul, Fronteira Oeste, Campanha, Central, Metropolitano Delta do Jacuí e Centro-Sul) que superavam a média etária estadual (35,8 anos).

O Corede Alto Jacuí foi aquele em que mais aumentou a média etária dos trabalhadores, um acréscimo de 3,7 anos que fez com que a idade média dos empregados formais passasse de 33,1 anos, em 1989, para 36,8 anos, em 1999. O Corede Centro-Sul, no qual a idade média dos trabalhadores formais passou de 34,7 anos, em 1989, para 36,0 anos, em 1999, acusou a menor variação dentre todos os Coredes (1,3 anos).

Os Coredes Sul e Metropolitano, ainda que tenham experimentado variações diferentes na idade média de seus trabalhadores – 2,8 e 2,5 anos, respectivamente – chegam a 1999, num virtual empate, ostentando os trabalhadores com as maiores médias etárias do Estado: 37,7anos no primeiro e 37,6 no outro. No extremo oposto encontrava-se o Paranhana, que apesar da elevação de 3,2 anos na média etária, contava ainda com os trabalhadores mais jovens, com idade média de 32,1 anos.

O movimento do emprego nos vários estratos etários, nos diferentes espaços regionais, foi caracterizado, em linhas gerais, pela expressiva supressão de postos de trabalho nas faixas etárias até 24 anos, especialmente na de 10 a 17 anos⁷, e aumento nas

⁷ Na faixa de 10 a 17 anos houve queda do número de trabalhadores em todos os Coredes. Já na faixa de 18 a 24 anos, em sete Coredes (Paranhana, Vale do Taquari, Vale do Caí, Litoral, Produção, Norte e Médio Alto Uruguai) registrou-se pequena elevação do contingente formalmente empregado.

acima de 25 anos⁸. Assim, ao final do período, quase que na totalidade das regiões, registra-se diminuição da participação das faixas etárias até 24 anos e aumento das demais.

Nos principais setores de atividade, observa-se também que, de modo geral, os estratos etários inferiores (até 24 anos) perdem participação enquanto aqueles de idade mais avançada, especialmente os de 25 a 39 anos e de 40 a 49 anos, aumentam a sua participação, constatando-se, ao final do período, elevação da idade média dos trabalhadores.

Na indústria de transformação, em 1989, o Corede Sul era o que ostentava a maior média etária de seus trabalhadores (34,4 anos) e o Paranhana era o que contava com os de menor média etária (28,0 anos). Em 1999, o avanço diferenciado na média etária dos trabalhadores deste setor nos diversos espaços regionais fez com que a maior média fosse registrada no Corede Campanha (36,5 anos), mantendo-se a menor média no Paranhana com 30,7 anos.

No comércio e no Serviços os Coredes Sul e Hortênsias foram os que detiveram, ao longo de todo o período, trabalhadores com a maior e a menor média etária, respectivamente. No comércio que contou sempre com os trabalhadores mais jovens, a média etária variou entre 28,3 anos no Hortênsias a 30,6 anos no Corede Sul, em 1989, e entre 30,4 anos a 33,5 anos nos mesmos Coredes, respectivamente, em 1999. No serviços, em 1989, a média etária oscilou entre 30,9 anos no Corede Hortênsias e 35,6 anos no Sul. Em 1999, os mesmos Coredes ostentavam trabalhadores com médias etárias de 34,0 e 38,1, respectivamente.

A administração pública que, ao longo de todo o período, contou com os trabalhadores com maior média etária teve, em 1989 os extremos nos Coredes Paranhana (34,6 anos) e Metropolitano Delta do Jacuí (39,7 anos). Em 1999, o Metropolitano Delta do Jacuí permanecia como a região de maior média etária (41,8 anos) enquanto os trabalhadores de menor média etária eram encontrados no Paranhana e também no Vale do Taquari, ambos com média de 38,0 anos.

Ao se considerar a condição de escolaridade dos trabalhadores formais nos diferentes Coredes, verifica-se que o período 1989/99 foi marcado pela diminuição da participação dos menos escolarizados (até fundamental incompleto), devido à retração mais acentuada ou do menor aumento de postos de trabalho nesta faixa, e o conseqüente aumento da participação dos demais. Ao final do período, registra-se em todos eles uma

⁸ Deves-se destacar que nos Coredes Vale do Rio dos Sinos, Metropolitano Delta do Jacuí, Sul,

elevação da escolaridade média dos trabalhadores, expressa através do número médio de anos de estudo.

No ano de 1989, excetuando-se o Corede Metropolitano Delta do Jacuí, todos os demais contavam com trabalhadores cuja escolaridade média, expressa através do número médio de anos de estudo, era inferior ao ensino fundamental completo (8 anos de estudo). Em 1999, em que pese a evolução positiva da escolaridade média em todos os Coredes, somente em 9 deles (Alto Jacuí, Campanha, Central, Fronteira Noroeste, Médio Alto Uruguai, Metropolitano Delta do Jacuí, Missões, Noroeste Colonial e Produção) a escolaridade média dos trabalhadores ultrapassou a barreira do ensino fundamental completo, a exemplo do que ocorreu para o agregado do Estado.

O Noroeste Colonial foi, dentre todos os Coredes, o que apresentou melhor evolução, com um acréscimo de 1,5 anos de estudo, o que fez com que a escolaridade média de seus trabalhadores passasse de 6,7 anos, em 1989, para 8,2 anos, em 1999. No extremo oposto estava o Médio Alto Uruguai com o menor avanço na escolaridade média de seus trabalhadores, (0,7 anos) passando de 7,6 para 8,3 anos de estudo, em média, entre 1989 e 1999. Observe-se, contudo, que apesar de esta última região ter sido a que menor acréscimo teve no número de anos de estudo de seus trabalhadores, manteve-se, ao longo de todo o período, entre aqueles que se destacavam por ter escolaridade superior à média do Estado.

Além das duas regiões citadas anteriormente, outras duas também merecem destaque: o Metropolitano Delta do Jacuí e o Paranhana. A primeira foi a que contou sempre com os trabalhadores mais escolarizados – médias de 8,4 e 9,6 anos de estudo, em 1989 e 1999, respectivamente. A outra (Paranhana) foi a que deteve, ao longo de todo o período, os trabalhadores menos escolarizados com médias de 5,0 anos de estudo, em 1989, e 6,1 anos de estudo, em 1999.

A análise setorial da evolução da escolaridade, mostra também, em todos eles, diminuição da participação dos menos escolarizados e aumento dos demais, atingindo-se, ao final do período, uma melhoria do nível de escolaridade dos trabalhadores.

A indústria de transformação foi o setor que, ao longo de todo o período, contou com os trabalhadores com menores níveis de escolaridade. Em 1989, a escolaridade média em todas as regiões era inferior ao ensino fundamental completo, ficando o número médio de anos de estudo compreendido entre 4,5 anos nos Coredes Litoral e Paranhana e 6,5 anos

Campanha, Fronteira Oeste e Centro Sul houve retração do emprego na faixa de 25 a 39 anos.

no Metropolitano Delta do Jacuí. Em 1999, em que pese o avanço verificado em todas as regiões, apenas os trabalhadores do Metropolitano Delta do Jacuí ultrapassavam a barreira do ensino fundamental completo, com média de 8,2 anos de estudos.

No comércio, em 1989, em todas as regiões a escolaridade média dos trabalhadores era inferior ao ensino fundamental completo. Neste ano, os Coredes Hortênsias (5,7 anos de estudo) e Norte (7,4 anos de estudo) registravam a pior e a melhor condição de escolaridade dos trabalhadores deste setor, respectivamente. Ao final do período, a evolução positiva da escolaridade, neste setor, em todas as regiões fez com que em onze delas (Campanha, Central, Fronteira Noroeste, Fronteira Oeste, Médio Alto Uruguai, Metropolitano Delta do Jacuí, Missões, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte e Produção) os trabalhadores já contassem com uma média de anos de estudo equivalente ao ensino fundamental completo e nas demais estivessem bastante próximos de atingir este patamar de escolaridade. Em 1999, o número médio de anos de estudo dos trabalhadores do comércio oscilou entre 7,2 anos no Vale do Caí e 8,4 anos na Campanha.

No serviços que, já em 1989, na maior parte das regiões a média de anos de estudo ficava bastante próxima da conclusão do ensino fundamental, a evolução positiva da escolaridade, garantiu que, ao final do período, em praticamente todas elas os trabalhadores contassem com média de anos de estudo equivalente ao ensino fundamental completo. Em 1999, em apenas dois Coredes a escolaridade dos trabalhadores estava abaixo deste patamar: no Hortênsias que registrou a menor média de escolaridade dos trabalhadores deste setor, com 7,6 anos de estudo, e no Paranhana com média de 7,9 anos de estudo. Neste mesmo ano, o melhor nível de escolaridade do setor ficou com os trabalhadores do Alto Jacuí, com 10,2 anos de estudo.

A administração pública foi o setor que, em todos os Coredes registrou as maiores médias de anos de estudo. Em 1989, o Corede Metropolitano Delta do Jacuí contava com os trabalhadores com melhor nível de escolaridade do setor – 11,4 anos de estudo – ficando os menos escolarizados no Noroeste Colonial com 6,9 anos de estudo. Em 1999, graças ao avanço generalizado da escolaridade neste setor, todas as regiões contavam com trabalhadores que haviam pelo menos concluído o ensino fundamental. Neste ano, os trabalhadores do Metropolitano Delta do Jacuí, ainda que tenham se mantido com praticamente o mesmo número de anos de estudo do início do período, permaneciam na liderança com 11,5 anos de estudo; no extremo oposto encontravam-se os trabalhadores do Corede Hortênsias com 8,6 anos de estudo.

Tabela 8

Indicadores selecionados do emprego formal nos principais setores de atividade, por Corede - 1989/99

	Indústria de transformação						Comércio						Serviços					
	Participação		Anos		Idade média		Participação		Anos		Idade média		Participação		Anos		Idade média	
	masculina	estudo	1989	1999	1989	1999	masculina	estudo	1989	1999	1989	1999	masculina	estudo	1989	1999	1989	1999
	1989	1999	1989	1999	1989	1999	1989	1999	1989	1999	1989	1999	1989	1999	1989	1999	1989	1999
Alto Jacui	79,6	80,2	5,6	6,9	30,6	33,3	67,3	66,8	6,8	7,9	29,6	32,8	61,5	46,7	8,0	10,2	32,8	37,5
Campanha	80,0	76,5	5,7	6,8	32,6	36,5	64,0	63,6	7,0	8,4	30,9	32,3	63,0	47,6	7,9	9,6	34,9	37,5
Central	82,4	77,2	5,8	6,7	32,6	33,5	65,7	62,3	7,2	8,2	30,5	32,4	63,6	48,9	7,6	9,2	33,6	36,5
Centro-Sul	81,5	75,9	5,7	6,4	32,4	32,5	62,7	60,7	6,4	7,5	28,7	31,6	64,3	49,3	5,6	7,5	35,5	36,9
Fronteira Noroeste	83,8	79,9	6,0	7,4	31,6	32,3	66,4	61,4	7,2	8,4	29,4	31,4	59,4	43,1	8,6	9,9	32,3	35,3
Fronteira Oeste	72,9	84,0	5,3	6,6	35,4	35,9	65,0	63,7	7,0	8,1	30,3	31,9	64,1	53,8	7,4	8,9	34,1	37,2
Hortênsias	60,7	65,8	4,7	5,6	28,6	31,5	62,1	52,5	5,7	7,3	28,3	30,4	60,9	50,3	6,5	7,6	30,9	33,9
Litoral	57,0	61,6	4,5	5,7	27,5	31,2	60,0	60,1	5,9	7,5	26,8	29,9	58,0	47,4	6,6	8,1	32,5	36,1
Médio Alto Uruguai	80,2	78,0	5,7	6,8	30,7	32,1	68,2	59,7	7,1	8,1	29,9	31,4	50,9	43,4	8,6	9,7	31,8	35,2
Metropolitano Delta do	70,8	71,2	6,5	8,2	32,7	34,8	60,5	59,7	6,9	8,3	29,5	31,3	60,5	54,2	8,0	9,1	34,0	36,2
Missões	83,4	82,4	5,6	6,8	32,3	33,3	65,4	64,1	7,2	8,1	30,0	32,4	60,3	43,5	8,3	9,4	32,7	36,6
Nordeste	70,9	75,8	5,3	6,7	30,0	32,7	66,5	62,3	7,1	8,1	29,0	31,6	65,9	51,5	7,5	8,7	32,9	36,3
Noroeste Colonial	78,6	78,7	5,6	7,1	30,1	32,3	64,3	62,1	6,8	8,2	29,7	32,2	62,3	48,9	7,8	9,6	32,3	35,5
Norte	73,4	69,6	5,9	6,7	30,6	31,8	64,9	60,6	7,4	8,2	29,2	31,5	60,3	53,2	7,6	9,1	32,1	35,2
Paranhana	57,9	57,5	4,5	5,5	28,0	30,7	63,0	61,4	6,0	6,6	28,6	30,6	54,1	51,6	7,6	7,9	31,9	34,5
Produção	71,9	67,3	5,6	6,7	30,5	31,8	64,7	60,9	7,2	8,3	29,4	30,7	57,4	47,8	8,2	9,4	32,8	35,8
Serra	63,1	66,5	5,7	6,9	30,1	32,7	55,5	56,8	7,1	7,9	28,6	31,0	57,3	48,0	7,7	8,8	32,5	35,2
Sul	56,3	66,7	4,9	5,8	34,4	36,4	61,3	59,4	6,1	7,9	30,6	33,5	65,1	56,7	7,2	8,0	35,6	38,1
Vale do Caí	60,4	55,7	5,1	5,8	28,9	30,8	66,8	62,6	6,3	7,2	29,0	31,2	57,3	53,2	6,9	8,4	31,9	34,3
Vale do Rio dos Sinos	64,7	64,8	5,1	6,1	29,9	32,5	62,5	61,6	6,1	7,4	28,5	31,0	66,1	55,1	7,3	8,5	33,2	35,6
Vale do Rio Pardo	59,2	66,3	5,7	7,0	31,1	33,4	61,3	58,5	6,6	7,9	30,3	31,3	61,1	48,7	7,8	8,9	32,9	35,2
Vale do Taquari	59,1	58,3	5,0	5,9	28,7	31,0	61,7	58,5	6,6	7,7	29,3	31,1	58,9	45,3	8,6	8,5	32,9	34,8

	Administração pública						Total					
	Participação		Anos		Idade média		Participação		Anos		Idade média	
	masculina	estudo	1989	1999	1989	1999	masculina	estudo	1989	1999	1989	1999
	1989	1999	1989	1999	1989	1999	1989	1999	1989	1999	1989	1999
Alto Jacui	46,1	41,5	7,5	9,2	36,7	40,1	65,4	60,4	7,0	8,3	32,6	36,4
Campanha	53,0	38,2	7,5	10,3	37,1	40,4	67,4	62,8	7,1	8,0	34,4	36,8
Central	58,6	41,5	8,8	10,6	36,2	40,3	67,6	60,5	7,4	8,4	33,7	36,1
Centro-Sul	38,8	37,0	7,5	8,0	36,6	38,9	69,4	61,2	6,3	7,0	34,2	35,6
Fronteira Noroeste	48,5	45,1	8,4	9,3	35,5	38,9	67,7	62,9	7,3	8,4	31,8	34,2
Fronteira Oeste	52,9	43,6	8,0	9,7	37,1	40,4	66,9	66,2	6,8	7,7	33,8	36,5
Hortênsias	54,8	44,1	7,1	8,6	36,5	37,6	62,1	59,9	5,3	6,6	29,8	33,0
Litoral	53,0	39,0	7,1	8,8	35,3	38,4	60,2	55,4	6,0	7,4	30,8	34,2
Médio Alto Uruguai	43,0	43,9	8,2	8,7	34,3	39,1	57,9	56,7	7,6	8,3	32,0	35,4
Metropolitano Delta do	38,7	40,3	11,4	11,5	39,7	41,8	57,4	54,3	8,4	9,6	34,8	37,3
Missões	57,0	45,2	7,7	9,0	34,9	39,2	66,1	59,7	7,3	8,2	32,4	35,8
Nordeste	55,7	45,4	7,7	9,0	35,2	38,9	66,6	63,9	6,6	7,3	31,6	34,4
Noroeste Colonial	50,6	42,6	6,9	8,9	35,4	38,3	66,6	60,5	6,7	8,2	31,9	34,8
Norte	58,8	49,0	7,8	9,0	34,6	38,0	67,8	65,8	6,9	7,6	31,4	33,9
Paranhana	46,3	40,4	7,2	8,5	35,2	38,8	58,0	56,4	5,0	6,1	28,7	31,9
Produção	51,1	41,7	7,8	9,3	35,7	39,5	64,3	59,5	7,1	8,1	31,8	34,1
Serra	50,5	34,2	8,1	10,8	35,9	39,5	60,9	59,8	6,4	7,7	30,8	33,7
Sul	57,6	44,3	7,7	9,2	36,3	39,9	63,0	61,6	6,2	7,4	34,3	37,1
Vale do Caí	61,9	38,8	7,4	9,2	34,7	38,2	62,1	56,4	5,8	6,8	30,2	32,5
Vale do Rio dos Sinos	54,7	33,4	8,2	9,5	34,7	39,1	64,3	60,7	5,9	7,2	30,8	33,7
Vale do Rio Pardo	51,7	41,1	7,9	9,0	35,1	38,0	60,7	58,7	6,6	7,8	32,0	34,5
Vale do Taquari	47,0	38,3	7,3	9,5	36,7	37,9	59,9	55,7	6,1	7,0	30,5	32,8

FONTE:RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS (1989-99). Brasília : Ministério do Trabalho.

3. Considerações Finais

Os dados aqui apresentados, ainda que restritos a apenas uma parcela do mercado de trabalho do RS permitem identificar a diversidade de comportamentos dos mercados de trabalho das regiões do Estado.

Uma primeira constatação é a que diz respeito aos diferentes sentido e intensidade da variação do emprego: enquanto no total do Estado a variação do emprego foi de $-3,4\%$, algumas regiões experimentaram também retração de contingente – na maior parte das vezes em maior intensidade do que o agregado – enquanto em outras houve expansão do contingente formalmente empregado. Ao se espacializar estes resultados, observa-se que os Coredes com variação positiva do emprego formam uma “mancha” contínua localizada no Norte-Nordeste do Rio Grande do Sul. Entre os Coredes com variação negativa do emprego estão o Metropolitano Delta do Jacuí e o Vale do Rio dos Sinos, que por sua elevada participação na distribuição do emprego estadual foram, em larga medida, responsáveis pelo desempenho negativo do emprego estadual.

Evolução do emprego formal nos Coredes – 1989-99



Em relação aos atributos dos trabalhadores – sexo, idade e escolaridade – ainda que em linhas gerais tenha-se identificado o mesmo tipo de comportamento em todas as regiões, isto é, crescimento da participação feminina, aumento da média de anos de estudo e elevação da média etária dos trabalhadores, deve-se destacar, a intensidade diferenciada destes movimentos nas várias regiões, marcando, uma vez mais, a diversidade de comportamento presente nos Coredes.

Tais evidências mostram a necessidade e a importância de que se avance no conhecimento das especificidades que condicionam os diferentes comportamentos regionais, reforçando a convicção de que a análise não deva se basear estritamente em dados secundários.

Neste sentido, a próxima etapa do projeto desenvolvido pelo NET/FEE, deverá contemplar pesquisa de campo em quatro regiões selecionadas.

Referências bibliográficas

BASTOS, Raul Luis A. (2002). Produto e Emprego nas Regiões do Rio Grande do Sul, nos anos 90: uma abordagem exploratória dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre: FEE, v.29, n.4, p.245-271

STERNBERG, Sheila S. Wagner, JORNADA, Maria Isabel H. da & XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (2000). O emprego formal no RS nos anos 90: diferenciais na retração. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v.27, n.4, p.209-248.

XAVIER SOBRINHO et alii. Mercado de Trabalho no Rio Grande do Sul nos anos 90. IN: FLIGENSPAN, Flávio (org). *Economia Gaúcha e Reestruturação nos anos 90*. Porto Alegre: FEE, 2000.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (1998). Dez anos de emprego formal no Rio Grande do Sul – uma seleção de indicadores da RAIS. **Indicadores econômicos FEE**, v. 26, n. 3, Porto Alegre: FEE , p. 47-69.